

GDF envia ao Senado orçamento-89 com um aumento de 600%

DF - economia
JORNAL DE BRASÍLIA 18 JUN 1988

O Governo do Distrito Federal já está com o seu programa orçamentário para 1989 pronto e deverá encaminhá-lo ao Senado Federal até meados de agosto, informou ontem o secretário de Governo, Carlos Murillo. De acordo com o programa, o GDF necessita de Cz\$ 290 bilhões, 600% a mais do que o orçamento de 88, que ficou em torno de Cz\$ 41 bilhões.

Do total previsto para 89, o GDF deverá arrecadar Cz\$ 129 bilhões e os Cz\$ 161 bilhões restantes serão repassados pela União para o custeio das áreas de Educação, Saúde e Segurança. O dinheiro, segundo observações do secretário de Governo, será aplicado, basicamente, no pagamento da folha de salários das fundações Hospitalar e Educacional, que somam mais de 50 mil servidores.

Essa quantia pedida pelo GDF poderá ser modificada pelo Senado Federal, caso a nova Constituição do País seja promulgada até o início de setembro. É que, de acordo com o novo texto constitucional, o Senado Federal poderá opinar sobre o orçamento do DF. Carlos Murillo lembra que o Senado não discute o orçamento feito pelo GDF e que tem se limitado a aprová-lo apenas.

Câmara Distrital

No programa orçamentário do DF não está incluído o pedido de verba para a construção do prédio da Assembléia Legislativa da cidade, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O governador José Aparecido disse que não tem ainda um valor total do preço da

obra. Adiantou, no entanto, que a própria Constituição, quando cria o órgão, já dá condições para que o Governo Federal repasse a verba para a sua implantação.

A manutenção de uma assembléia legislativa, no entanto, não é muito cara, segundo cálculos do secretário de Administração, Paulo Xavier. A preços de hoje, a folha de pagamento do órgão não deveria ultrapassar a casa dos Cz\$ 10 milhões, conforme previsões do secretário.

Ele lembra que a Câmara Distrital de Brasília será um poder novo e independente como os governos estaduais. Seus funcionários, conforme prevê sua lei orgânica, devem ser contratados através de concurso público.

Paulo Xavier afirma que dos 24 deputados, só terão direito a carro oficial o presidente da Casa, o primeiro vice-presidente, o segundo vice-presidente e os 1º, 2º e 3º secretários, além dos líderes de cada partido.

O secretário de Administração lembra, ainda, que cada um dos deputados terá um gabinete pessoal, com um máximo de três funcionários. Já a presidência da Casa poderá ter até 10 servidores e cada vice-presidente mais cinco, entre assessores, secretários e consultores.

Ao todo, segundo cálculos do secretário, a Câmara Distrital não deverá ter mais de 400 funcionários. Ele observa que fez esses cálculos com base no funcionamento de outras assembléias legislativas do País.